

# IDÉIAS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, RIO DE JANEIRO, 1922 <sup>1</sup>

**Moisés Kuhlmann Júnior**  
**Universidade São Francisco**  
**Fundação Carlos Chagas**

A realização do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), no Rio de Janeiro de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, durante a Exposição Internacional comemorativa do centenário da Independência, trouxe um expressivo número de fontes a explorar. Neste texto, o referido congresso será abordado com o propósito de analisar como, naquela época, diferentes setores sociais envolviam as idéias sobre a educação das crianças em suas tensões e composições. Para tanto, além de dados recolhidos anteriormente, foram reexaminados os Boletins do CBPI, com várias informações sobre a organização da reunião e procedeu-se à leitura sistemática das 37 comunicações, à época denominadas *memórias*, que foram publicadas na seção de Pedagogia, assim como algumas das memórias publicadas nas seções de Sociologia e Legislação, Assistência e Higiene.<sup>2</sup>

O final do século XIX e o início do século XX demarcam um período em que a infância e a sua educação integram os discursos sobre a edificação dessa sociedade moderna. São parte do modelo geral referencial das instituições e da estrutura do Estado para uma nação *avançada*, que se difunde no processo de transformação mundial ocorrido durante a *Era dos Impérios*, assim denominada por Eric Hobsbawm (1988, p.41) para o período de 1870 a 1914. Se os *tentáculos* dessa transformação provinham do continente europeu, onde se situava o núcleo do capitalismo mundial (Hobsbawm, 1988, p.46), após a 1ª Guerra, acentua-se a influência norte-americana nas relações internacionais, que já era presente na fase anterior, especialmente quanto ao Brasil e aos demais países latino-americanos.

Os cuidados com a infância tornam-se um aspecto a ser considerado nesse modelo de nação moderna, com suas políticas sociais e instituições. O CBPI tinha por objetivo *tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado*. A reunião revestia-se de um caráter simbólico, ao se realizar durante a Exposição do Centenário da Independência, que celebrava a nação brasileira como parte do mundo “civilizado”.

A educação ganhou um espaço privilegiado no CBPI/3º CAC, aparecendo como um núcleo catalisador das propostas para a infância, embora as questões do campo da higiene e saúde também tivessem um grande relevo. Nas memórias publicadas no Boletim do CBPI, observa-se que a seção de Pedagogia foi das mais concorridas em número de trabalhos inscritos. Além disso, havia memórias voltadas para questões educacionais em todas as seções, com exceção da de Medicina Infantil. Na seção de Sociologia e Legislação, associa-se o debate sobre a legislação para a infância e o papel do judiciário às instituições educacionais para as crianças abandonadas, assim como se enfatiza a educação moral tanto no interior dessas instituições quanto do ponto de vista dos costumes da vida urbana. Na seção de Assistência, encontra-se a relação entre as instituições educacionais para as crianças pobres,

---

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado no âmbito do projeto História da Educação da Criança Brasileira, que conta com o apoio da Universidade São Francisco.

<sup>2</sup> Para não sobrecarregar o texto com referências, sempre que se referir às atas da Comissão Executiva ou das mesas das seções, estas provêm do 6º Boletim do Congresso. Da mesma forma, apenas serão citados os autores das memórias publicadas no 7º Boletim, relacionadas na bibliografia ao final do texto, sem indicação quando forem da seção de Pedagogia, ou indicando quando forem das seções de Sociologia e Legislação, de Assistência, ou de Higiene.

as políticas sociais e a educação moral, assim como apresentam-se relatos de experiências de várias entidades sociais do país, muitas delas com instituições educativas. Na seção de Higiene, reafirma-se o binômio saúde-educação nas políticas sociais e se trata de aspectos específicos da higiene escolar.

Na análise dos textos que tratam de temas educacionais, encontram-se três tipos de referências: uma que trata da infância e da educação na produção da nação moderna, com referências aos países em que se espelhar, ao povo brasileiro, à conjunção das políticas sanitárias e educacionais; outra, que caracteriza a pedagogia como conhecimento especializado, alimentada pela contribuição das diferentes ciências que tomam a infância como objeto de estudo, para formar os profissionais e orientar as famílias na educação das crianças; a terceira referência toma a educação como meio ordenador da nação, por meio da subdivisão social da infância e da educação moral.

Nota-se que a delimitação do campo educacional se faz pela definição dos limites desse campo em relação aos demais que compõem o *modelo geral referencial* da *nação avançada*. A permeabilidade desses limites pode ser verificada na interpenetração dos campos, de modo que a educação se faz presente nas questões políticas, jurídicas, sanitárias, etc., assim como essas questões são contempladas no interior das idéias educacionais.

A obrigatoriedade do ensino primário e a sua universalização seriam indicadores para a inclusão da nação brasileira no rol dos países civilizados. Para a seção de Pedagogia, a Comissão Organizadora do CBPI escolheu um único tema oficial, intitulado “Do combate ao analfabetismo e ao preconceito contra a infância como arma de valor em prol da proteção à infância”. As expressões bélicas indicam a proveniência do autor convidado para escrever a memória, o engenheiro militar e coronel do Exército Raymundo Pinto Seidl, que considerava esse combate como o primeiro passo a ser dado no país *em toda e qualquer campanha progressista* para se proteger a infância. Defendia a obrigatoriedade da instrução primária e também a criação do maior número possível de jardins-de-infância.

O potiguar F. de S. de Meira e Sá apresentou a memória intitulada “Do problema capital, urgente inadiável do Brasil nas suas duas faces”, com um subtítulo que define essas duas faces: a) difusão, a mais larga possível, da instrução popular – primária obrigatória, profissional e agrícola; b) saneamento geral, nas cidades e nos campos, aspectos vários e interessantes da questão. O autor defende o *ataque decisivo, formal e eficiente ao monstro do analfabetismo, (...) esse tétrico apagador da mente, pois que a faz baixar, extinguir-se até ao nível escuro da pura animalidade, donde brotam frutos acres, amargos e deletérios, como, entre nós, Canudos e o Contestado, ao Norte e ao Sul*. Para ele, essas *manifestações atávicas coletivas de primitiva superstição e barbárie*, que provocaram custosas expedições e sacrifício do exército, poderiam ter sido previstas e evitadas com muito menor custo e sem sacrifício de vida se fossem dadas *escolas primárias, ao menos, àquela população inteiramente inculta (...) levando o raio de luz que espancasse a selva*. O povo brasileiro dos sertões representaria *uma raça inteligente, vivaz e ousada, que, sem embargo do abandono secular em que tem vivido e de todos os sofrimentos produzidos pelos ciclones das secas periódicas, não se abate*.

A preocupação com o povo brasileiro também aparece na memória de Luiz Gomes Pereira, “A educação pelo hábito”, na qual se afirma que é ao *homem inculto do interior* que se deveria atribuir boa parte da honra pela pequena prosperidade nacional. Embora fossem pessoas que pouco trabalhassem, entremeando a sua atividade com o chupar no pito, seria *melhor contar com eles e dar-lhes a saúde e a cultura de que precisam*. A adoção do método da educação do hábito, *o mais natural*, permitiria *alastrar hábitos bons pelo país inteiro*, de modo que *em 50 anos* teríamos *uma realidade esplendorosa*. O autor recorre ao princípio de Lamarck, que estabelecia que *a lei do hábito é a lei fundamental da biologia*. Os hábitos bons

seriam assimilados pela educação intencional, enquanto os hábitos maus entrariam espontaneamente nos *incultos ou viciados, entregues a si*.<sup>3</sup>

Na seção de Sociologia e Legislação, João Aureliano Correia de Araújo apresentou a memória “Métodos produtivos e reformadores baseados na educação moral e assistência”, em que considerava que as duas correntes científicas da Antropologia e da Sociologia criminais, que se contrapunham entre a hereditariedade e a influência do meio social, estariam agora unidas numa *corrente de idéias entrelaçadas e unânimes* na luta contra o crime e na defesa social. A proteção à *infância desvalida ou moral e materialmente abandonada* seria a base de todo o sistema de assistência dos Estados modernos. A quase totalidade dos delinquentes seriam órfãos e desvalidos, ou recrutados entre os descendentes de pais mendigos e vagabundos, o alcoolismo e a sífilis seriam importantes fatores degenerativos.

Pode-se interpretar que a manutenção da versão biológica, hereditária, ao lado da valorização da influência do meio, funcionaria como um referendo à segregação social de setores sociais que não seriam totalmente recuperáveis. Nessa perspectiva, as instituições de educação popular garantiriam apenas a formação de cidadãos de segunda classe. Araújo cita os livros dos italianos Giuseppe Montesano, *Assistenza dei minorenni delinquenti*, e S. De Sanctis, *Patologia e profilassi mentale*.

O cônego Pedro Anísio, na segunda parte do texto “Psicologia pedagógica”, dedicada ao “Meio Ambiente”, também se refere a De Sanctis, para quem a maioria dos delinquentes seria produto do ambiente familiar e social. Anísio cita vários autores para defender que a tese de Spencer, Ribot e da escola lombrosiana, que postulava a imutabilidade do caráter, fora contrariada pelos fatos, estando em desarmonia com os estudos modernos.

A saúde e a educação se entrelaçam nas propostas veiculadas no CBPI, de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas no propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira. Na seção de Higiene apresentaram-se trabalhos sobre a vulgarização da educação física, a inspeção e a assistência médica escolar. Na mesma seção, Carlos Seidl, diretor do Hospital S. Sebastião, apresentou memória sobre os meios práticos de interessar a população nas questões de higiene. A educação seria um dos meios práticos a se utilizar, tanto pelo ensino da higiene *desde o berço, apenas nascida a criança*, como pelo ensino prático da higiene na escola primária, *por pessoal idôneo, isto é, por quem saiba ensinar higiene e que pratique os preceitos ensinados*.<sup>4</sup>

Para A. Gonçalves, a inspeção médico-escolar era necessária para uma orientação racional do ensino. Os escolares estariam cumprindo um papel de detentos, em classes sem iluminação, com 50 ou mais alunos onde caberiam 20, respirando ar viciado e amontoados em bancos sem as devidas proporções. Urgia construir Grupos Escolares, oferecer prédios e mobiliário adequados. Os exames rigorosos do aluno, do seu estado físico, das suas tendências intelectuais e morais, seriam registrados nas *fichas escolares*, renovadas anualmente. Ali se anotariam as *taras hereditárias e as condições de receptibilidade do*

<sup>3</sup> A referência a Lamarck, que via nas condições ambientais a responsabilidade pelas modificações nos seres vivos, marca o desenvolvimento das idéias eugenistas no Brasil. Para Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de S. Paulo, da Academia Paulista de Medicina, do Serviço de Prophylaxia Rural, membro da Société Française d'Eugénique, na seção de Higiene, *a política de salvação nacional é a política eugênica*, que consistiria em uma campanha de saneamento, no combate ao analfabetismo e ao pauperismo, *na educação eugênica e higiênica do povo para a proteção e criação duma nacionalidade mais sã, mais vigorosa, mais inteligente, a preservação dos males sociais e políticos que ameaçam o nosso povo, como está acontecendo com grande número de outros povos - pela campanha patriótica do nacionalismo*.

<sup>4</sup> A. de V. Veiga, membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, do Institute of Science, do Instituto de Coimbra e da Société Academique Française, entendia que a educação bem orientada precisaria relacionar-se muito diretamente com diversos preceitos médicos de orientação biológica. Luiz Correia Soares de Araújo, médico e professor, diretor do Grupo Escolar “Frei Miguelinho”, dos Escoteiros do Alecrim, do “Boletim da Instrução”, membro do Conselho Superior da Instrução Pública, do IPAI do Rio Grande do Norte, presidente do Círculo de Operários Católicos, apregoava a necessidade da assistência médica nas escolas.

*educando*. A escola deveria ser um *sanatório*, onde essas criaturinhas adquiram, além dos conhecimentos que lhes formam o espírito, algo da energia que lhes revigore o corpo. O educador deveria reunir a *observação dum médico* com a *perspicácia de um psicólogo*. Ao lado da saúde física, a mental. Ao escrever sobre os domínios da pedagogia, Gonçalves traz um outro componente que vem para se instalar, ao lado da saúde, em local de honra no campo educacional, a psicologia.

Na seção de Sociologia e Legislação, João Aureliano Correia de Araújo propôs a criação de asilos ou estabelecimentos *médico-pedagógicos* para as crianças deficientes, *vítimas do determinismo bio-patológico*, com seções de psiquiatria e de pedagogia, de modo a realizar o tratamento médico e a educação escolar *com métodos científicos especiais*. Para tanto seria necessário distinguir *as crianças normais e anormais, por meio de exame somático e psíquico, depois de observados os desvios morais e estigmas congênitos de degenerescência*. A classificação seria por *anomalias psíquicas e predisposições anti-sociais*, para o que deveria se ampliar a inspeção médica nas escolas e colégios.<sup>5</sup>

A moderna pedagogia teria como postulado científico que *a educação da criança repousa sobre um problema de psicologia aplicada*, escreveu Joaquim do Prado Leite Sampaio, *lente* de Filosofia e Lógica do Atheneu Sergipense. A ciência da educação agiria, segundo Spencer, do mais simples para o mais composto, do abstrato para o concreto, do homogêneo para o heterogêneo. Cumpriria ao mestre despertar e desenvolver a ideação, inicialmente por meio de noções gerais das coisas que formam o meio ambiente, a seguir por conceitos simples obtidos da comparação dos fenômenos, para finalmente chegar às generalizações. *Assim, pois, o papel do educador é despertar e desenvolver na criança a imaginação, que é a sua vida psíquica*.

Clemente Quaglio, da Escola Normal Caetano de Campos, de São Paulo, escreveu sete memórias publicadas no Boletim do CBPI. Sobre a imaginação, considera que o ensino *deve seguir um novo rumo de acordo com os ditames da pedagogia científica, desenvolvendo harmonicamente toda a personalidade psíquica dos futuros cidadãos brasileiros*. Sobre a atenção, apresenta um resultado de pesquisa realizada com 50 meninos e 50 meninas do 3º ano da escola primária anexa ao Caetano de Campos, um exemplo dos procedimentos de uma *pedagogia científica*. Como uma válvula a proteger o cérebro dos danos de um trabalho excessivo, a desatenção e o irrequietismo seriam *a voz da natureza que grita e se rebela ao aperto do pedagogo que espreme em vão o cérebro exausto*. O dom de ensinar, de se impor com a *autoridade moral*, seria aquele de tornar as lições *fáceis e divertidas* e ganhar a atenção por estados afetivos. As investigações longas e complexas do organismo físico e psíquico e o estudo individual das crianças seriam o caminho para se obter um *acordo feliz entre higiene corpórea e da mente*. O estudo da psicologia da criança deveria seguir o *método genético*, pois até os 25 anos, os aspectos psicológicos estariam em contínua evolução, sendo que, na origem, estariam as formas mais inferiores e elementares da vida. Quanto ao ensino da leitura, entendia ser inútil pretender que a criança pudesse ler as palavras sem antes conhecer as letras de que é formada: dentre os cinco principais métodos conhecidos, o alfabético, o silábico, o da sentencição, o da palavração e o fonético, este último seria *o que mais acompanha a evolução mental da criança*. A pedagogia mostra-se como ciência e arte. Para Quaglio, a nova concepção psicológica da criança seria bem diferente da antiga. *Pela nova concepção, a criancinha exprime a forma superior, o anel de junção entre o homem atual, que é a realidade vivente, e o homem do futuro que simboliza o ideal do progresso*. Por representar o *produto último da evolução humana*, estaria mais próxima da perfeição da espécie. O método a se adotar seria o de Montessori, em que *o papel do professor se limita a prestar auxílio, se*

---

<sup>5</sup> Na seção de Pedagogia, a questão da normalidade foi abordada nas comunicações inscritas pelo 3º CAC, de Nelida Manglia, “Educación pedagógica de los supra normales”, de José Ferrero, “El niño moralmente deficiente; existe o no el niño ineducable?”, e de Sofia Herlex, “Educación de los niños anormales”.

*for pedido, aconselhando, sugerindo, etc.* Enquanto Dewey teria por princípio a *liberdade social*, o sistema Montessori teria por princípio a *liberdade individual*.

O cônego Pedro Anísio também fazia referência a Montessori e à sua obra Antropologia pedagógica, para considerar que o desenvolvimento psíquico estaria subordinado a condições biológicas, físicas e sociais, mas o fator que superaria os demais seria a vontade pessoal, o esforço próprio. Segundo o autor, para que a teoria da educação tivesse uma base segura, seria necessário conhecer as propriedades fundamentais do ser humano em geral e da psicologia da infância em particular. Diferentemente do *tipo uniforme* pretendido pela escola sociológica de Draghicesco e Durkheim, o caráter individual, as aptidões e tendências inatas deveriam ser respeitadas. A criança teria uma índole flexível, sujeita à ação de vários estímulos. Deveria, portanto, estar *constantemente, em todos os períodos evolutivos, sob a direção e o governo de outras pessoas. A educação visará, assim, em particular, como o quer Pestalozzi, a primeira idade, quando é mais fácil a fixação dos hábitos e a disciplina das tendências.* A sensibilidade, o entendimento e a vontade dependeriam do exercício para se desenvolver em estreita relação com as diversas faculdades da mente. Desse modo, os métodos educativos teriam duas leis fundamentais: o fortalecimento de cada faculdade em particular, com a criação de hábitos, e a obtenção do progresso das potências mentais. A educação seria física, intelectual e moral. A higiene deveria ter lugar na família e na escola, que cumpriria o papel da formação do caráter.<sup>6</sup>

Antonia Lopes, professora de pedagogia e metodologia do ensino da Escola Normal de Campos, no Rio de Janeiro, considerou a Pedagogia moderna de forma abrangente, como *um complexo de ciências, como uma verdadeira Enciclopédia.* A sua base seriam a Fisiologia, a Psicologia, a Lógica, a Moral, a Pedologia e a Pedotécnica (que envolveria a Higiene Escolar, de caráter Médico-Pedagógico, e a Pedagogia Experimental). Os três principais elementos do trabalho pedagógico seriam o estudo científico da criança, a associação do médico e do professor e a *cooperação da família e da escola na obra benéfica da educação.*<sup>7</sup>

A função social da mulher era atribuída principalmente aos seus papéis como mãe educadora e como professora. Cesário Corrêa Arruda constatava a *ignorância das mães, mesmo na elite social, sobre a arte de criar os filhos.* Precisariam ser educadas para aprender a *ciência de ser mãe.* O autor era capitão médico do Exército, havia fundado o IPAI do Maranhão, em 1911, e era assistente de Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. O texto refere-se à proposta por ele encaminhada à Assembléia Legislativa do Ceará, de criar a cadeira de Puericultura e Higiene Infantil na Escola Normal do Estado, além de cursos para as normalistas e para as *classes proletárias*, ministrados pelo IPAI-CE e pela Maternidade João da Rocha Moreira.<sup>8</sup>

O ensino da puericultura também foi tema da memória de Henrique Castriciano, sobre a Escola Doméstica de Natal. Aquela instituição para a educação feminina, criada em 1914, tinha em seu programa a puericultura e seria um modelo a implantar nas capitais brasileiras. O

<sup>6</sup> Outra defensora de Montessori foi Haidéa Vianna Fiuza de Castro, professora e representante da “Liga de Professores”. Nas atas da seção de Pedagogia, consta a apresentação da memória de Lúcia Pacheco Jordão, “A influência da orientação de Montessori na vida da criança”, inscrito pelo 3º CAC. Há também referência ao texto “O problema da educação elementar”, de Carlota Pereira de Queiróz.

<sup>7</sup> As sociedades de pais e mestres também foram propostas na memória de Nestor dos Santos Lima sobre esse tema, em que considerava a ausência de cooperação de pais e mestres uma das maiores dificuldades da educação escolar. O cuidado *científico* das crianças seria ensinado às mães pela professora, que também precisava ser educada.

<sup>8</sup> Arruda considerava a mortalidade infantil como um *problema nacional de primeiro plano*, e apresentou mais dois trabalhos no CBPI, “O amparo à criança e o futuro da nossa nacionalidade”, na seção de Sociologia e Legislação, e “A mortalidade infantil, suas causas e os meios de a evitar”, na seção de Assistência. Também sobre a puericultura, cabe registrar a memória de Alcides Lobo Vianna sobre o valor das creches na puericultura extra-uterina, publicado na seção de Higiene.

uso metódico dos trabalhos domésticos seria um complemento da educação intelectual, moral e física.

Das quatro memórias escritas por Maria Lacerda de Moura, duas versavam sobre a educação da mulher e traziam um contraponto à idéia de formação diferenciada segundo o sexo. Quanto à formação da professora, ela via a escola primária como um *ateliê do pensamento e não da instrução. Para ensinar a criança a pensar não há como a Natureza, os objetos que nos rodeiam, tudo que é concreto, o movimento, a ação.* Se os destinos da educação popular estavam sendo entregues à mulher, a instrução que esta recebia estava muito longe da atribuição dessa responsabilidade.

Para Firmino Costa, representante de Minas Gerais no Congresso, os alunos de ambos os sexos do curso normal deveriam aprender tanto os trabalhos domésticos como a agricultura, seguindo o mesmo programa. O professor primário seria o *protetor da criança em cada povoação brasileira*, desde que preparado convenientemente. Antes, a instrução era vista como o fim educativo, bastaria conhecer o programa de ensino, mas prescindia-se do elemento fundamental, que era o aluno. A escola deveria proporcionar *ensinamentos de vida, que façam compreender a organização social, que facultem meios da colaboração no progresso coletivo, que rasguem novos caminhos de iniciativas úteis e de aspirações elevadas.* Com isso, prepararia os alunos para o *uso acertado da vida.* Para o autor, o professor seria um *verdadeiro amigo das crianças, um operário da sociedade, pronto sempre a servir, dentro das normas legais, os trabalhos construtivos, não entrando jamais nas dissensões de qualquer natureza (...) políticas e religiosas.*

A. Gonçalves via a infância pobre como delinqüente em potencial. *Mal alimentados e educados, no convívio das tabernas ou lupanares, não têm os primeiros exemplos de moralidade e se iniciam na prática dos crimes.* Os *Institutos disciplinares*, as *Casas para a Infância Desamparada* ou os *Patronatos* poderiam *remover tal perigo e garantir, quiçá, um futuro risonho.*<sup>9</sup>

Na seção de Sociologia e Legislação, o texto de João Aureliano Correia de Araújo considera que a falta de educação da criança, a incúria e a indolência dos pais geravam o abandono material e moral da infância. *Arrancá-la desse meio e dar-lhe não a prisão, mas a proteção, a educação e a piedade de que ela necessita, é este o nosso inadiável dever.* As instituições de beneficência, como os asilos ou orfanatos, seriam *escolas de preservação das crianças ainda não pervertidas.* Deveriam ser organizadas de maneira a distribuir as crianças conforme a idade, o sexo, a natureza, o temperamento e predisposições de cada uma, *segundo observação e classificação feita por exame psico-físico por médicos profissionais.* Outro tipo de instituições seriam as *Escolas de Reforma* ou *Reformatórios*, para o *levantamento moral ou reeducação das já viciosas no contato da vagabundagem e da mendicância das ruas, meio pernicioso do vício, do crime e da perdição, porque o espírito infantil é aí presa das sugestões do mal, das solicitações da miséria, dos infortúnios do abandono de pais pobres ou indignos.* Aqui, deveria se harmonizar a educação escolar e o ensino industrial ou profissional, de modo que os homens pudessem ganhar a vida pelo trabalho e as mulheres se habilitassem nos trabalhos domésticos e fossem capazes de *gerir uma casa.* Araújo defendia o afastamento da idéia de castigo ou de pena carcerária às crianças, *mesmo viciosas*, o que

---

<sup>9</sup> São vários os trabalhos publicados que tratam dessa questão. Franco Vaz, que era diretor da Escola Premunitória 15 de Novembro, apresentou na seção de Sociologia e Legislação, o tema oficial “As escolas de reforma e a sua necessidade no Brasil”. Alfredo Balthasar da Silveira também apresentou na seção de Sociologia e Legislação as memórias “Limites e restrições ao pátrio poder, função tutelar do estado moderno em relação aos menores moral e materialmente abandonados” e “Proteção social aos filhos naturais”.

permitiria uma melhor reabilitação moral, *pela educação*, de modo que estas fossem *induzidas racionalmente ao caminho do bem e do trabalho*.<sup>10</sup>

O diagnóstico “científico” das aptidões se subordina ao inevitável desígnio do destino. Na seção de Sociologia e Legislação, Esther Smith Bunge apresentou a memória, inscrita pelo 3º CAC, “Psichologia del niño en el asilo”, cujas conclusões são reproduzidas nas atas do CBPI. A autora propunha que se realizasse em gabinetes adequados, um estudo psicofisiológico da criança asilada, para servir de base à sua educação, de modo a obter o máximo proveito de *sua aptidão no ofício ou profissão a que se destine*. Essas crianças precisariam de uma educação *semelhante à do lar de que carecem*, de modo que o asilo viesse a permanecer como um local de referência após ser *reincorporado na sociedade*.

A semelhança ao lar afasta da criança pobre o acesso aos bens que não lhe estão destinados, idéia também presente nos textos de Maria da Glória de Ribeiro Almeida e de Zeferino de Faria, apresentado na seção de Assistência. No mesmo sentido, Everardo Backheuser escreveu sobre os edifícios escolares e a necessidade de universalização da escola primária. A economia com a construção também poderia se estender aos materiais pedagógicos, pois o *melhor livro para o ensino primário seria o livro da natureza*:

*Ao lado da escola sem modelos de papelão importados da Europa, ele tem a planta, o animal, a pedra, necessários ao estudo de história natural; para a física e a geometria (...) exemplificação e experimentação dos objetos que os próprios meninos lhe trouxeram, ou os fabricará com as próprias mãos; a história se conta; a geografia se pinta no quadro-negro. Desgraçada a escola que não tiver um quadro negro e giz!*

Helvecio de Andrade, ex-professor de Pedagogia e atual de História Natural da Escola Normal, ex-diretor da mesma escola e do Grupo Escolar anexo, afirmava que *a pedagogia moderna descobriu coisa melhor que o livro: colocou o espírito da criança em face dos objetos*. A intuição seria o elemento essencial do ensino. O livro seria dispensável, pois a sua importância era menor: *o método que dirige, os processos que completam o método, são as primeiras necessidades*. O método intuitivo seria o *guia natural e lógico do espírito*.

A qualificação docente também era objeto de propostas simplificadas, como na memória de Alexina Magalhães Pinto que fala em modelos de *orientação pedagógica solidária e ativa ao alcance dos educadores*. Mais explícito é o texto de Maria da Glória Ribeiro de Almeida que afirma:

*Não é preciso ser sábio para dirigir e guiar os primeiros passos do ente humano, ao entrar na sua vida intelectual e moral. Carinho, bom senso e espírito de observação. estas três coisas valem mais do que todos os diplomas e títulos pedagógicos. Há uma verdadeira febre de **intelectualismo!***

Para ela, as escolas seriam *usinas cerebrais* em que se fabricaria de tudo, com exceção de *boas mães de família e honestos jornaleros*. A autora parece sensata ao criticar as práticas pedagógicas que exigem de *crianças que mal sabem ler* a memorização mecânica de *pedaços de geografia, história, geometria, aritmética, literatura, etc., muitas vezes sem compreender patavina do que dizem*. Mas usa desse argumento para desprezar o conhecimento intelectual, de modo a caracterizá-lo como dispensável para os trabalhadores e mães de família. Aqui, a falta de necessidade, em outro momento do texto, o perigo de se promover *a revolta, a inveja*

<sup>10</sup> Entretanto, a proscricção da violência contra a criança não era uníssona. Taciano Antonio Basilio, também na seção de Sociologia e Legislação, apresentou memória sobre os castigos às crianças, justificando o seu uso sem hesitação quando *necessário pela falência de outros meios*. O *bem entendido castigo* seria melhor do que as consequências dos maus hábitos que ele iria corrigir. *Se fossem dados, por exemplo, alguns bolos ou palmadas à criança que teima em subir escadas, descer pelo corrimão ou brincar com fogo e comer quanto fruto se apresenta ao seu alcance, estaria ela sem dúvida muito mais defendida desses perigos do que deixando-a exposta a eles por pena de lhe infligir essa correção corporal*. No debate, Franco Vaz manifestou-se contra os castigos corporais e Levi Carneiro quis registrar que a lei puniria *apenas o seu abuso*, quando exercido pelos pais.

nos setores populares. A autora também se refere aos jardins de infância e à superação dos métodos froebelianos, com seus cubos e outros materiais.

A educação moral torna-se objeto de preocupação prioritária. Mário de Alcântara Vilhena, laureado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na seção de Sociologia e Legislação, afirmava que *eugenia sem moral é utopia*. Propunha ainda acabar com os cortiços (*medida higiênica, eugênica e moral*), a proibição de crianças desocupadas nas ruas e a fundação de jardins-de-infância e de centros de educação física, *onde as crianças possam brincar, cultivando sua saúde e evitando os maus ensinamentos da rua*:

*Em vez de educar as crianças no regime do cinema, dos espetáculos licenciosos, poderão os pais educá-los nos desportos, nas provas de resistência e no exercício da força de vontade. Sobre os desportos convém notar a inconveniência da bicicleta, que incita a criança ao onanismo. Em lugar de fazer as crianças passar os dias nos pestíferos ambientes do cinema, dos teatros, convém levá-los para as excursões de montanhas, por longas caminhadas.*

Para Astolpho de Rezende, que pertenceu à diretoria do Patronato de Menores, no Rio de Janeiro, o Estado deveria *proteger a criança contra tudo aquilo que possa prejudicá-la, no seu corpo, no seu espírito, no seu caráter. Devemos protegê-la pois, contra o cinematógrafo também*.<sup>11</sup>

O valor pedagógico do cinema foi objeto de alguns textos, como o de Maria Lacerda de Moura, para a seção de Assistência, em que defendia o *aproveitamento do cinematógrafo como meio de educação sob todos os aspectos*. Mas nas memórias do CBPI predominava a vontade de censura e controle social, de modo a espargir a educação moral pela sociedade, ameaçada pelo contágio degenerador das ruas, do cinema, do teatro e até mesmo duma simples bicicleta. A educação moral era vista tanto na perspectiva mais estratégica, analisada acima, da missão civilizadora de saneamento e educação do país, quanto nesse sentido mais relacionado ao controle dos costumes, aos exemplos concretos que a *educação do hábito* deveria proporcionar às crianças.

Para o cônego Pedro Anísio, seria necessário o *saneamento* dos clubes, teatros e cinemas, contra os *influxos nocivos* e a pornografia, *o mais terrível flagelo social*. A criança deveria estar com os bons livros e com os homens de bem, fugindo dos *maus, levianos e corrompidos*. As praças públicas deveriam ter estátuas e monumentos aos que se destacam por seu valor e virtude, como meio de educação moral. A escola seria *prolongamento do lar, oficina do amor da pátria, da honra, da dignidade pessoal*.

Maria da Glória Ribeiro de Almeida defendia que o ensino fosse *prático, suave e acompanhado de lições morais, principalmente de lições morais, pois elas são a base do caráter*. A aula mista iniciaria as crianças na prática do *flirt*, o que exigiria freqüentes *medidas repressoras* por parte das mestras que fossem *conscientes da sua responsabilidade*. Também era contra o futebol, *jogo que já é um vício*. As fitas de cinema, a leitura de romances de aventura e piratarias provocariam o esgotamento nervoso e a neurastenia infantil.

Alfredo Balthasar da Silveira apresentou na seção de Assistência o texto “Criminalidade infantil”, em que atribuía ao Estado o amparo às crianças cujos pais não tivessem *a capacidade e a devida idoneidade para a devida formação do caráter*, no qual também defendia a educação religiosa. No debate ocorrido após a apresentação, Silveira sofreu objeções de Franco Vaz e de Alfredo Hanswinckel.

A educação moral foi tratada de maneira bem distinta por Manoel Bomfim. A criança não teria deveres, mas dois direitos, o de criança e o de futuro homem. O direito de ser infantil

---

<sup>11</sup> Alfredo Balthasar da Silveira, do Instituto dos Advogados, apresentou na seção de Sociologia e Legislação, a memória “O filme cinematográfico como fator de delinqüência juvenil”. A seção teve dois de seus temas oficiais relacionados ao assunto: Astolpho de Rezende escreveu sobre o “O cinematógrafo e a criança”, e Cláudio de Souza sobre “A criança e o teatro”.



seria o direito de ser *caprichosa, instável, frívola, vibrátil, e de afirmar a sua fantasia e puerilidade. O direito de brincar é tão legítimo e substancial como o da liberdade de consciência.*<sup>12</sup>

Nota-se que a sua referência não é uma população degenerada a se sanear física e moralmente. Para Bomfim, *só num sistema pedagógico muito racional e muito bem inspirado se podem conciliar os dois objetivos: dar à infância um valor positivo como realidade atual de vida, e considerá-la, apenas, como fase transitória de preparo.* A vida moral não seria possível sem um mínimo de educação. O direito à vida da criança seria o direito de ser educada, para que fosse possível lhe exigir deveres. Mas os direitos da pessoa atual da criança deviam ser respeitados, *isto é, que se lhe reconheçam as necessidades de sua consciência pueril.*

Também numa perspectiva crítica, Maria Lacerda de Moura dedicou um de seus textos à educação laica, em que argumentava: *com que direito nos arvoramos em diretores espirituais das crianças? A escola moderna tende cada vez mais a fazer respeitar a individualidade do educando.* Para ela, a escola não poderia ter preocupação religiosa, embora os professores devessem conhecer os fundamentos das religiões para pregar o espírito de tolerância, sem sectarismo. Apontava o exemplo da inquisição para afirmar que *as religiões sempre foram inimigas da fraternidade universal* e defendia que a escola moderna fosse racionalista e científica. Outro texto de Maria Lacerda, publicado na seção de Sociologia e Legislação, contestava a idéia da proteção e da caridade para denunciar o regime social. Não se trata de dar o que se acumulou à custa do trabalho alheio, trata-se de restituir por meio do combate sistemático às causas da miséria, para se ter *o mundo sonhado pelos grandes idealistas.* Tudo deveria estar ao alcance de todos.

As posições críticas mostram que as tendências de cunho autoritário não eram unanimidade e reconhecem a necessidade de se enfrentar as desigualdades sociais com princípios democráticos. A racionalidade, a ciência e a tecnologia, convivem ao lado da ética, da brincadeira, da fantasia, nos textos que têm essa perspectiva do acesso de todos aos bens materiais e culturais. A alegria e a realização pessoal dos indivíduos resultaria do exercício dos direitos sociais.

O pensamento hegemônico no Congresso considerava a racionalidade, a ciência e a tecnologia, como propriedade dos especialistas, dos capitalistas e dos demais setores dominantes. Isso lhes daria a autoridade para assumirem o controle das políticas e das relações sociais, de modo a garantir a ordem necessária à realização de um funcionamento harmônico da sociedade. A ciência e a liberdade são utilizadas para justificar a distribuição diferenciada do acesso aos bens materiais e culturais. Em nome da ciência, nega-se a razão e apela-se ao destino, ao perigo de desestabilização e às fantasias de uma degeneração racial e moral que exigiriam o controle social. Em nome da liberdade individual, nega-se a mesma para submeter a alegria e a realização pessoal dos indivíduos à aceitação da sua condição social e à obediência aos ditames morais.

Do ponto de vista da História Social, segundo Eric Hobsbawm (1998, p.86), os aspectos sociais da essência do homem *não podem ser separados dos outros aspectos do seu eu, do modo pelo qual obtêm seu sustento e seu ambiente material,* assim como de suas idéias.

De acordo com Raymond Williams (1992, p.213-15), os vários tipos de trabalhadores intelectuais nas instituições políticas, econômicas, religiosas e sociais, atuam nas suas práticas imediatas e também *na produção e reprodução da ordem social e cultural geral.* As idéias e os conceitos quase sempre sistematizam o que ocorre nas relações sociais e *são tanto produzidos quanto reproduzidos dentro da estrutura social e cultural global, por vezes*

<sup>12</sup> Bomfim também apresentou a memória “A gramática lógica do pensamento na escola primária”, pelo 3º CAC, como referido nas atas da seção de Pedagogia do CBPI.

*diretamente como idéias e conceitos, mas também, de modo mais amplo, na forma das instituições modeladoras, relações sociais expressas, ocasiões religiosas e culturais, modalidades de trabalho e desempenho: na verdade, no sistema de significações como um todo e no sistema que ele exprime.*

Neste estudo, foi possível verificar a presença das idéias educacionais na produção do processo histórico. Embora circunscrito a um único evento, a abrangência dos dois congressos realizados em conjunto faz um quadro das questões envolvidas na delimitação do campo educacional, como um balanço das concepções, das propostas e iniciativas em curso ao longo da *Era dos Impérios*, encerrada com a Grande Guerra em 1914. O quadro de instabilidade internacional fazia desse período subsequente uma época em que as idéias de civilização, progresso, tecnologia, ciência, nação, etc., recompunham-se em tensões que faziam entrever o conflito mundial subsequente. No Brasil, o centenário da Independência suscitava também uma avaliação e uma reconfiguração da nacionalidade e do modelo geral referencial das instituições e da estrutura do Estado.

Como em um teatro, representava-se um projeto que construía a ilusão do progresso como realidade tangível. A metáfora mostra-se fecunda, pois permite pensar na produção das representações, do imaginário social, das subjetividades, como um processo encarnado e não como um movimento de idéias abstratas em geração espontânea. Nos diferentes Congressos, identificam-se os sujeitos concretos em sua preparação para entrar em cena. São os atores e os seus personagens, as suas concepções de organização ideal para a sociedade capitalista, as suas interações nas relações sociais, a produzir os espetáculos da representação do progresso.

Nos debates do CBPI transparecem os problemas da realidade social brasileira não como um espelho, mas pela apropriação (Chartier, 1990) das idéias presentes na bibliografia internacional e pela interpretação da realidade nacional com base em referências teóricas e ideológicas, que levam à produção e reprodução de idéias e de propostas de organização social e institucional que delimitam o campo educacional. Os participantes do CBPI/3<sup>o</sup> CAC são trabalhadores intelectuais (Williams, 1992) que ocupam ou querem ocupar postos nos organismos do Estado, no executivo, legislativo ou judiciário, nas instituições e nas entidades da sociedade civil.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Algumas das memórias publicadas na seção de Pedagogia não serão comentadas no texto do artigo, por sua especificidade não trazer questões consideradas relevantes para análise. Francolino Cameu, diretor do serviço de estenografia do Senado Federal e professor da Escola Profissional Paulo de Frontin, apresentou um trabalho curioso que propunha o ensino de estenografia e de datilografia para as crianças. Leonora Helsapple escreveu com base em uma referência muito particular, da qual não foi possível buscar mais informações. Trata-se, segundo ela, de um movimento iniciado na segunda metade do século XIX pelo *grande educador persa* Baha'o'llah. A educação, capaz de transformar o selvagem no homem real, seria um serviço à humanidade. Os jovens teriam portanto, uma dívida com a humanidade, pela educação material e moral recebida. As crianças deveriam aprender brincando e as meninas preparadas para ser futuras mães, as *primeiras instrutoras* das crianças. Para Maria Luiza de Souza Alves, que escreveu sobre os meios de amparar e proteger a infância, *um dos mais importantes cuidados* à infância é o que precisaria ser dado aos pais, envolvendo a assistência ao casamento, à higiene e alimentação e promovendo a amamentação com leite materno. O capitão Albino Monteiro, vice-presidente da Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, escreveu sobre a educação da criança para a proteção dos animais, inspirado em S. Francisco de Assis. Oswaldo Soares Vieira Machado escreveu sobre o ensino técnico e profissional. J. R. Coriolano de Medeiros, sobre a Proteção e assistência à infância na Paraíba do Norte, onde o IPAI daquele estado, criado no final de 1912, havia aberto uma Policlínica Infantil, com serviços de inspeção de amas de leite, de consultório e tratamento de crianças, e pretendia criar maternidades, creches, orfanatos, jardins-de-infância, escolas primárias, escolas correcionais.

## BIBLIOGRAFIA

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa : DIFEL, 1990.

CONGRESSO AMERICANO DA CRIANÇA, 3., Rio de Janeiro, 1922. *Parte geral : Antecedentes. Organização. Programmas. Delegações e Adherentes. Sessões plenárias. Votos*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1924. Tomo I.

CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 1., Rio de Janeiro, 1922. *Boletim 6, 1921-22*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1924.

CONGRESSO BRASILEIRO DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA, 1., Rio de Janeiro, 1922. *Boletim 7*. Rio de Janeiro : Emp. Graph., 1925. (Theses officiaes, memorias e conclusões).

HOBSBAWM, E.J. *Sobre história*. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. Da história social à história da sociedade, p.83-105.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas : a educação brasileira e as exposições internacionais*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. [tese de doutorado FFLCH-USP, 1996]

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil : uma abordagem histórica*. Porto Alegre, Mediação, 1998.

PLUM, Werner. *Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stifung, 1979.

RIO DE JANEIRO. Exposição do Centenário do Brasil, 1922-23. *Livro de Ouro : comemorativo do centenario da independência do Brasil e da exposição internacional do Rio de Janeiro, 07/9/1822 a 07/9/1922 - 07/9/1923*. Rio de Janeiro : Annuario do Brasil, 1923. (Almanaque Laemmert).

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

### Memórias publicadas no Boletim 7, citadas no texto

#### Seção de Sociologia e Legislação

ARRUDA, Cesário Corrêa. O amparo á criança e o futuro da nossa nacionalidade, p.95-108.

BASILIO, Antonio Taciano. Castigos ás creanças, p.48-57

BASTOS, Francisco Antonio. A continuação da Obra de Analia Franco, em Juiz de Fóra, p.340-44.

MOURA, Maria Lacerda de. O actual regimen social solucciona o problema da proteção à infância?, p.150-156.

REZENDE, Astholpho de Rezende. O cinematographo e a criança. (Thema official), p.13-17.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Limites e restrições ao patrio poder - Função tutelar do estado moderno em relação aos menores e materialmente abandonados.(Thema official), p.39-43.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. O filme cinematographico como factor de delinquencia infantil, p.17-38.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Protecção social aos filhos naturaes, p.80-95

SOUZA, Claudio de. A criança e o Theatro. (Thema official), p.145-150.

VAZ, Franco. As escolas de reforma e a sua necessidade no Brasil (Thema official), p.137-145.

VILHENA, Mário Alcantara de. Da protecção moral á infancia, p.114-128.

### **Seção de Assistência**

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. Criminalidade infantil. (Thema official), p.189-197.

FARIA, Zeferino de. Dos asylos. (Thema official), p.207-213.

### **Seção de Higiene**

KEHL, Renato. Da Eugenia e o Futuro do Brasil (Thema official), p.879-885.

VIANNA, Alcides Lobo. Valor das “Gottas de Leite” e das “Creches” na concepção actual da puericultura extra-uterina, p.863-864.

TUCKER, H. S. Meios practicos para vulgarizar a educação physica, p.974-981.

### **Seção de Pedagogia**

ALMEIDA, Maria Gloria Ribeiro de. Vida moral e intellectual da creança, p.446-551.

ALVES, Maria Luiza de Souza. A infancia. - Cuidados que de todos exige. Meios de amparal-a e protegel-a. - Assistencia ás crianças desvalidas nos povoados remotos das Capitaes, p.555-564.

ANDRADE, Helvecio de. É possível ensinar sem livro? Como obter a desejada uniformisação do ensino popular?, p.429-433.

ANISIO, Cônego Pedro. Psychologia pedagogica, p.397-403.

ARAUJO, João Aureliano C. de. Methodos productivos e reformadores baseados na educação moral e na assistencia, p.403-408.

ARAUJO, Luis Corrêa Soares de. Assistencia medica escolar, p.486-488.

ARRUDA, Cesário Corrêa de. O ensino da puericultura nas escolas, p.460-464.

BACKHEUSER, Everardo. Escolas singulares ou grupos escolares, p.451-454.

BOMFIM, Manoel. A pessoa moral da creança. (Direito da creança ser educada), p.525-532.

CAMEU, Francolino. O ensino da estenographia nas Escolas primarias e Jardins da Infancia, p.365-373.

CASTRICIANO, Henrique. O ensino da puericultura nas Escolas Domesticas, p.549-555.

CASTRO, Haydée Vianna Fiuza de. A creança na Escola. (Para protegel-a - observal-a), p.413-25.

COSTA, Firmino. A formação do professor primario, p.477-480.

GONÇALVES, A. Nos dominios da pedagogia, p.454-460.

HELSAPPLE, Leonora Stirling. As idéas educativas de um instructor persa, p.373-377.

- LIMA, Nestor dos Santos. A collaboração dos paes e dos mestres na obra da educação, p.378-381.
- LOPES, Antonia Ribeiro de Castro. A creança e a Escola, p.392-396.
- MACHADO, Oswaldo Soares Vieira. Ensino technico-profissional, p. 504-505.
- MEDEIROS, J. R. Coriolano de. Protecção e assistencia á infancia na Parahyba do Norte, p.547-549.
- MONTEIRO, Capitão Albino. As creanças e os animaes, sobre o ponto de vista educacional, p.574-582.
- MOURA, Maria Lacerda de. A educação feminina, p.564-574.
- MOURA, Maria Lacerda de. Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades, p.464-477.
- MOURA, Maria Lacerda de. Educação laica, p.381-392.
- PEREIRA, Luis Gomes. A educação pelo habito, p.408-412.
- PINTO, Alexina de Magalhães. Meios praticos de disseminar a educação moral, p.377-378.
- QUAGLIO, Clemente. A imaginação nas creanças brasileiras, p.532-543.
- QUAGLIO, Clemente. Bases scientificas do ensino da leitura, p.515-524.
- QUAGLIO, Clemente. Comparação entre a psychologia da creança e a do homem feito, p.360-365.
- QUAGLIO, Clemente. Estudo sobre a attenção de cem creanças brasileiras, p.345-359.
- QUAGLIO, Clemente. Nova concepção psychologica da creança. (Nova orientação pedagogica), p.425-9.
- QUAGLIO, Clemente. Os instinctos na creança sobre o ponto de vista pedagogico, p.505-515.
- QUAGLIO, Clemente. Qual o methodo do ensino da leitura que mais de perto acompanha a evolução mental da creança?, p.488-500.
- RENOTTE, Maria. A eficiencia das escolas na manutenção dos Hospitaes infantis, p.500-504.
- SÁ, F. de S. de Meira e. Do problema capital, urgente, inadiavel do Brasil nas suas duas faces, p.434-445.
- SAMPAIO, Joaquim do Prado Leite. A proposito de psychologia infantil, p.412-413.
- SEIDL, Raymundo Pinto. Do combate ao analphabetismo e ao preconceito, como arma de valor em pról da protecção á infância. (Thema official), p.544-547.
- VEIGA, A. de V. Pela infanticultura sociogenetica - Vislumbres de psychologia medica referente á cultura da infancia, p.480-486.